

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
NOTA À 9 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13

## CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Fundamentos do Direito Processual Civil .....	63
1.1. Institutos fundamentais: jurisdição, ação, processo .....	63
1.2. Natureza, estrutura e fins do processo .....	65
1.3. Métodos de soluções de controvérsias. Jurisdição estatal e arbitral. Mediação e conciliação. “Justiça multiportas” .....	67
1.3.1. Lide .....	67
1.3.2. Processo civil e arbitragem: Jurisdições estatal e arbitral .....	67
1.3.3. “Justiça multiportas” (“ <i>multi-door courthouse</i> ”). Mediação e conciliação .....	68
1.3.4. Justiça <i>online</i> . Resolução de disputas <i>online</i> ( <i>ODR – Online Dispute Resolution</i> ) .....	69
1.4. Fontes do Direito Processual Civil .....	71
1.4.1. Normas aplicáveis à jurisdição civil. Normas constitucionais e controle de constitucionalidade .....	71
1.4.2. <i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre Direito Processual. Controle de convencionalidade, constitucionalidade e supraregalidade ...	72
1.4.3. Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos .....	73

1.4.4.	Leis estaduais e distritais .....	75
1.4.5.	Normas regimentais .....	77
1.4.6.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo .....	77
1.4.7.	Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais.....	78
1.5.	A Constituição e seu influxo no Direito Processual Civil.....	79
1.5.1.	Referência, nos arts. 1º e 8º do CPC, a princípios constitucionais .....	79
1.5.2.	Dignidade da pessoa humana.....	79
1.5.3.	Legalidade .....	80
1.5.4.	Fins sociais do direito e bem comum .....	81
1.5.5.	Proporcionalidade e razoabilidade .....	82
1.5.6.	Eficiência.....	83
1.6.	Princípios do Direito Processual Civil.....	84
1.6.1.	Premissas .....	84
1.6.2.	Garantias mínimas do devido processo legal.....	85
1.6.3.	Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição.....	85
1.6.4.	Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas .....	86
1.6.5.	Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado .....	86
1.6.6.	Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial .....	87
1.6.7.	Direito das partes de participar ativamente do procedimento destinado à criação da solução jurisdicional (direito à participação procedural).....	87
1.6.8.	Contraditório .....	88
1.6.9.	Isonomia processual .....	89
1.6.10.	Juiz natural e imparcialidade .....	90
1.6.11.	Segurança jurídica e proteção à confiança .....	90
1.6.12.	Boa-fé objetiva.....	91
1.6.13.	Cooperação.....	92
1.6.14.	Economia processual.....	93
1.6.15.	Razoável duração do processo .....	94
1.6.16.	Publicidade .....	94
1.6.17.	Fundamentação da decisão judicial .....	95
2.	Jurisdição e Ação .....	95
2.1.	Jurisdição e ação no quadro geral dos institutos fundamentais do processo civil .....	95

2.2. Função jurisdicional.....	96
2.2.1. Natureza .....	96
2.2.1.1. Teorias sobre a função jurisdicional .....	96
2.2.1.2. Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito.....	97
2.2.1.3. Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação .....	98
2.2.1.4. Jurisdição arbitral .....	100
2.2.1.5. Jurisdição voluntária .....	101
2.2.2. Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações.....	102
2.2.3. Jurisdição nacional .....	103
2.2.3.1. Limites à jurisdição brasileira.....	103
2.2.3.2. Imunidade de jurisdição .....	104
2.2.3.3. Jurisdição internacional concorrente. Propositora de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência .....	104
2.2.3.4. <i>Forum shopping e forum non conveniens</i> .....	105
2.2.3.5. Eleição de foro exclusivo estrangeiro.....	105
2.2.4. Cooperação jurisdicional internacional.....	106
2.2.5. Competência interna .....	108
2.2.5.1. Jurisdição e competência .....	108
2.2.5.2. Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação .....	108
2.2.5.3. <i>Translatio judicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral.....	110
2.2.5.4. Classificações .....	110
2.2.5.4.1. Competência absoluta e relativa .....	110
2.2.5.4.2. Competência quanto à pessoa e à função. Particularidades.....	111
2.2.5.5. Definição do juízo competente .....	111
2.2.5.5.1. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	111
2.2.5.5.2. Critérios gerais .....	112
2.2.5.5.3. Regras sobre determinação da competência.....	113
2.2.5.6. Relações entre causas e modificações da competência .....	117
2.2.5.6.1. Relações entre causas .....	117

2.2.5.6.2.	Conexão .....	117
2.2.5.6.3.	Continência e litispendência parcial .....	118
2.2.5.6.4.	Ação “acessória” .....	118
2.2.5.6.5.	Reunião das causas no juízo prevento.....	119
2.2.5.7.	Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites .....	119
2.2.5.8.	Reconhecimento da incompetência. Efeitos.....	120
2.2.5.8.1.	Pronunciamento <i>ex officio</i> ou mediante provocação das partes. Prorrogação da competência relativa .....	120
2.2.5.8.2.	Medidas de urgência requeridas a juízo incompetente.....	121
2.2.5.8.3.	Reconhecimento da incompetência. Remessa dos autos ao juízo competente. Efeitos da decisão proferida por juízo incompetente .....	121
2.2.5.9.	Conflito de competência.....	122
2.2.6.	Cooperação jurisdicional nacional .....	122
2.3.	Direito de ação .....	123
2.3.1.	Direito ao processo adequado .....	123
2.3.2.	Tutela jurisdicional adequada ao direito material .....	124
2.3.3.	Natureza .....	125
2.3.4.	Teoria da relação de <i>status</i> .....	127
2.3.5.	Requisitos.....	128
2.3.5.1.	Interesse e legitimidade .....	128
2.3.5.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária).....	129
2.3.5.3.	Requisitos da demanda e mérito .....	131
2.3.6.	Espécies .....	132
3.	Sujeitos do processo .....	135
3.1.	Partes.....	135
3.1.1.	Partes processuais como centros de interesse .....	135
3.1.2.	Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual .....	136

3.1.3.	Capacidade processual e representação.....	137
3.1.3.1.	Noções elementares.....	137
3.1.3.2.	União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Associação de Representação de Municípios .....	137
3.1.3.3.	Órgãos do Poder Legislativo.....	138
3.1.3.4.	Massa falida .....	138
3.1.3.5.	Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores....	138
3.1.3.6.	Pessoa jurídica. Pessoa jurídica estrangeira.....	139
3.1.3.7.	Condomínio.....	139
3.1.3.8.	Curador especial .....	139
3.1.3.9.	Legitimação do cônjuge ou companheiro .....	141
3.1.4.	Capacidade postulatória .....	141
3.1.4.1.	Representação por advogado.....	141
3.1.4.2.	Relevância da representação por advogado. Prerrogativas do advogado, na defesa de seu constituinte.....	142
3.1.4.3.	Procuração e informações relacionadas às intimações .....	143
3.1.4.4.	Revogação ou renúncia ao mandato .....	144
3.1.4.5.	Advocacia Pública.....	144
3.1.4.6.	Defensoria Pública.....	145
3.1.5.	Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória.....	147
3.1.6.	Sucessão das partes .....	148
3.2.	Pluralidade de partes: litisconsórcio .....	149
3.2.1.	Regime geral .....	149
3.2.2.	Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário .....	149
3.2.3.	Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedações da Lei 13.188/2015 .....	150
3.2.4.	Litisconsórcio unitário .....	151
3.2.5.	Litisconsórcio necessário .....	151
3.3.	Intervenção de terceiros.....	153
3.3.1.	Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza.....	153
3.3.2.	Assistência .....	153
3.3.2.1.	Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções .....	153

3.3.2.2.	Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior .....	154
3.3.2.3.	Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual.....	155
3.3.3.	Denunciação da lide .....	156
3.3.3.1.	Demandas do denunciante contra o denunciado ...	156
3.3.3.2.	Admissibilidade da denunciação da lide .....	157
3.3.3.3.	Direito de regresso não pleiteado através da denunciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma .....	157
3.3.3.4.	Denunciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denunciações sucessivas .....	158
3.3.3.5.	Conteúdo e momento da denunciação.....	158
3.3.3.6.	Partes e terceiro: posição processual, após a denunciação .....	159
3.3.3.7.	Julgamento da denunciação. Efeitos. Sucumbência .....	159
3.3.4.	Chamamento ao processo.....	160
3.3.4.1.	Finalidade do chamamento ao processo .....	160
3.3.4.2.	Chamamento ao processo e denunciação da lide: aproximações e distinções .....	161
3.3.4.3.	Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus.....	161
3.3.5.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	162
3.3.5.1.	Fundamentos e hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica.....	162
3.3.5.2.	Natureza e processamento do incidente.....	165
3.3.6.	<i>Amicus curiae</i> .....	166
3.3.6.1.	Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	166
3.3.6.2.	Direito à participação procedural e legitimização das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC. Crítica.....	166
3.3.6.3.	Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	168
3.3.6.4.	Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i> .....	169
3.4.	Deveres dos sujeitos do processo .....	170
3.4.1.	Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC.....	170
3.4.2.	<i>Contempt of Court</i> . Atentado .....	171

3.4.3.	Abuso processual e assédio judicial. Falsos litígios ( <i>sham litigation</i> ). Ações judiciais estratégicas contra participações públicas ( <i>strategic lawsuits against public participation</i> ) .....	172
3.4.4.	Sanção pelo descumprimento de deveres processuais.....	174
3.4.5.	Litigância de má-fé.....	174
3.4.5.1.	Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais.....	174
3.4.5.2.	Dever de indenizar por litigância de má-fé .....	175
3.4.6.	Despesas processuais e honorários advocatícios .....	176
3.4.6.1.	Despesas e custas processuais.....	176
3.4.6.1.1.	Natureza. Custas processuais e acesso à justiça .....	176
3.4.6.1.2.	Dever de arcar com as despesas processuais .....	177
3.4.6.1.3.	Caução às custas .....	178
3.4.6.2.	Honorários advocatícios .....	179
3.4.6.2.1.	Natureza .....	179
3.4.6.2.2.	Critérios a serem observados na fixação de honorários sucumbenciais. Fixação em decisão interlocutória ou sentença ...	181
3.4.6.3.	Sucumbência <i>versus</i> causalidade? A sucumbência como sinal aparente da causalidade. ....	183
3.4.6.4.	Sucumbência recursal .....	185
3.4.6.5.	Convenções sobre financiamento processual ( <i>litigation finance</i> ) e responsabilidade dos terceiros financiadores ( <i>third party financiers</i> )....	188
3.5.	Gratuidade da justiça.....	189
3.5.1.	Assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade da justiça. Aproximações e distinções.....	189
3.5.2.	Abrangência da gratuidade da justiça .....	190
3.5.3.	Aspectos procedimentais .....	190
3.6.	Ministério Público .....	191
3.6.1.	Funções institucionais do Ministério Público .....	191
3.6.2.	Exercício do direito de ação pelo Ministério Público.....	192
3.6.3.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos legis</i> ).....	193
3.6.4.	Intimação do Ministério Público .....	194

3.7.	Juiz e auxiliares da justiça.....	195
3.7.1.	Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça .....	195
3.7.2.	Direção do processo pelo juiz .....	196
3.7.2.1.	Direção formal e material do processo .....	196
3.7.2.2.	Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais.....	197
3.7.2.3.	Dever de prevenção .....	198
3.7.2.4.	Déficit procedural e ajuste do procedimento às necessidades da causa.....	198
3.7.2.5.	Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela.....	201
3.7.2.6.	Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos .....	202
3.7.2.7.	Processo simulado ou fraudulento .....	204
3.7.2.8.	Processo estrutural .....	205
3.7.3.	Responsabilidade do juiz.....	205
3.7.4.	Imparcialidade do juiz.....	206
3.7.4.1.	Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz .....	206
3.7.4.2.	Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica .....	206
3.7.4.3.	Hipóteses de impedimento .....	209
3.7.4.4.	Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz .....	210
3.7.4.5.	Aspectos procedimentais.....	211
3.7.4.5.1.	Alegação de impedimento e de suspeição e processamento do incidente.....	211
3.7.4.5.2.	Efeito suspensivo.....	211
3.7.4.5.3.	Efeitos do reconhecimento da parcialidade do juiz .....	212
3.7.4.5.4.	Reconhecimento de impedimento em tribunal superior .....	213
3.7.4.6.	Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo .....	213
3.7.5.	Auxiliares da justiça .....	213
3.7.5.1.	Perfis gerais.....	213
3.7.5.2.	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça ...	216
3.7.5.3.	Perito .....	218

3.7.5.4.	Depositário e administrador .....	221
3.7.5.5.	Intérprete e tradutor .....	223
3.7.5.6.	Conciliador e mediador .....	223
4.	Atos processuais .....	228
4.1.	Processo e procedimento .....	228
4.2.	Teoria do fato jurídico processual .....	228
4.2.1.	Fatos e atos processuais .....	228
4.2.2.	Atos e negócios processuais .....	229
4.2.3.	Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais .....	230
4.2.4.	Faculdades, ônus e deveres processuais.....	230
4.2.5.	Negócios jurídicos processuais.....	231
4.2.5.1.	Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade.....	231
4.2.5.2.	Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos .....	232
4.2.5.3.	Calendário processual.....	236
4.2.6.	Preclusão .....	238
4.2.6.1.	Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional.....	238
4.2.6.2.	Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica .....	238
4.2.6.3.	Espécies de preclusão, em relação às partes .....	241
4.2.6.4.	Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão .....	241
4.3.	Forma do processo e do ato processual.....	242
4.3.1.	Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual .....	242
4.3.2.	Forma dos atos processuais.....	243
4.3.3.	Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional .....	244
4.3.4.	Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas.....	245
4.3.5.	Língua portuguesa como idioma oficial.....	246
4.4.	Publicidade dos atos processuais .....	247
4.4.1.	Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional.....	247

4.4.2.	Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade .....	247
4.5.	Prática eletrônica de atos processuais .....	249
4.5.1.	Aspectos gerais .....	249
4.5.2.	Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: atualidade e virtualidade. Oralidade e processo em autos eletrônicos.....	250
4.5.3.	Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento? .....	251
4.5.4.	Assinatura eletrônica .....	252
4.5.5.	Garantias de acesso ao sistema de processo em autos eletrônicos.....	253
4.6.	Atos das partes.....	255
4.7.	Atos do juiz .....	256
4.7.1.	Atos, pronunciamentos e decisões do juiz.....	256
4.7.2.	Decisões final (sentença) e interlocatória .....	257
4.7.3.	Despachos e atos meramente ordinatórios .....	259
4.7.4.	Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau .....	261
4.7.5.	Forma e publicidade da decisão judicial.....	261
4.8.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	263
4.9.	Lugar dos atos processuais .....	264
4.10.	Tempo dos atos processuais .....	265
4.11.	Prazos processuais .....	266
4.11.1.	Prazos processuais legais, judiciais e convencionais .....	266
4.11.2.	Modificações dos prazos processuais .....	267
4.11.2.1.	Prazos peremptórios e dilatórios.....	267
4.11.2.2.	Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes.....	268
4.11.2.3.	Modificação judicial dos prazos processuais legais .....	268
4.11.3.	Observância do prazo e preclusão.....	269
4.11.3.1.	Prazos próprios e impróprios .....	269
4.11.3.2.	Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal).....	269
4.11.3.3.	Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa.....	270

4.11.3.4. Ato praticado antes do termo inicial do prazo.....	270
4.11.3.5. Preclusão e justa causa.....	270
4.11.4. Critérios relativos aos prazos processuais .....	271
4.11.4.1. Termo inicial .....	271
4.11.4.2. Contagem do prazo .....	272
4.11.4.3. Prorrogação, suspensão, restituição do prazo.....	275
4.12. Comunicação dos atos processuais.....	276
4.12.1. Cartas e comunicações entre órgãos jurisdicionais.....	276
4.12.1.1. Cooperação e comunicação.....	276
4.12.1.2. Modalidades das cartas .....	277
4.12.1.3. Aspectos procedimentais.....	277
4.12.2. Citação .....	279
4.12.2.1. Precisões conceituais.....	279
4.12.2.2. Citação e integração da relação processual .....	280
4.12.2.2.1. Citação, inexistência e ineficácia ....	280
4.12.2.2.2. Falta ou a nulidade da citação e validade do processo .....	281
4.12.2.2.3. Comparecimento espontâneo do réu ou executado para alegação da nulidade da citação e prazo para resposta .....	282
4.12.2.2.4. Sentença favorável ao réu ou executado não citado .....	283
4.12.2.3. Efeitos da citação.....	284
4.12.2.3.1. LitispendênciA. Alteração dos elementos da ação após a citação ....	284
4.12.2.3.2. Consequências da citação, em relação à mora.....	284
4.12.2.3.3. Interrupção da prescrição pela citação.....	285
4.12.2.4. Modalidades de citação. Restrições legais.....	286
4.12.2.5. Citação por meio eletrônico. Domicílio judicial eletrônico .....	288
4.12.2.6. Citação pelo correio.....	290
4.12.2.6.1. Regra e exceções .....	290
4.12.2.6.2. Requisitos da carta de citação .....	290
4.12.2.6.3. Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência .....	291

4.12.2.6.4.	Citação de pessoas em condomínios edilícios ou loteamentos com controle de acesso.....	291
4.12.2.7.	Citação por oficial de justiça.....	291
4.12.2.8.	Citação com hora certa.....	292
4.12.2.9.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	293
4.12.2.10.	Citação por edital .....	294
4.12.2.11.	Procedimento edital .....	295
4.12.3.	Intimações .....	296
4.12.3.1.	Finalidade .....	296
4.12.3.2.	Meios de intimação.....	297
4.12.3.2.1.	Intimação por meio eletrônico .....	297
4.12.3.2.2.	Intimação por publicação no órgão oficial. Diário da Justiça eletrônico .....	298
4.12.3.2.3.	Intimação em portal eletrônico ou em Diário da Justiça Eletrônico. Conflito. Solução à luz da lei e da Resolução 455/2022 do CNJ (com a reforma da Resolução 569/2024 do CNJ).....	299
4.12.3.2.4.	Intimação pelo correio.....	300
4.12.3.2.5.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	301
4.12.3.2.6.	Intimação pessoal pelo oficial de justiça.....	301
4.12.3.2.7.	Intimação com hora certa e por edital.....	301
4.12.3.3.	Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos .....	301
4.12.3.3.1.	Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual.....	301
4.12.3.3.2.	Indicação da sociedade a que pertence o advogado, a fim de que em nome dela seja realizada a intimação.....	302
4.12.3.3.3.	Requisitos da publicação. Erro nas informações veiculadas no órgão oficial .....	302

4.12.3.4. Arguição da nulidade da intimação. República e reabertura do prazo .....	302
4.13. Nulidades processuais .....	303
4.13.1. Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais .....	303
4.13.2. Nulidade e produção de efeitos.....	303
4.13.3. Nulidade como sanção .....	304
4.13.4. Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisões conceituais .....	304
4.13.5. Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada.....	306
4.13.6. Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas.....	307
4.13.7. Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade .....	307
4.13.8. Sistema processual e nulidades.....	308
4.13.8.1. Princípios fundamentais do processo civil e nulidades processuais.....	308
4.13.8.2. Contraditório efetivo. Dever de consulta .....	308
4.13.8.3. Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento .....	309
4.13.8.4. Alcance do art. 276 do CPC. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i> .....	309
4.13.9. Regime das nulidades no processual civil.....	311
4.13.9.1. Convalidação do ato processual e preclusão .....	311
4.13.9.2. Importância da alegação oportuna do vício pela parte .....	312
4.13.9.3. Aproveitamento dos atos processuais.....	313
4.13.9.4. Restrição da nulidade. Vício de parte do ato .....	313
4.13.9.5. Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes .....	314
4.13.9.6. Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato .....	314
4.13.9.7. Repetição ou retificação de atos processuais viciados .....	314

4.13.9.8.	Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público .....	315
4.13.9.9.	Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo .....	315
4.14.	Distribuição e registro .....	316
4.14.1.	Aspectos gerais .....	316
4.14.2.	Livre distribuição e garantias constitucionais do processo ...	316
4.14.3.	Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição) ....	318
4.14.3.1.	Regra geral .....	318
4.14.3.2.	Relação entre causas e competência do juízo prevento .....	318
4.14.3.3.	Reiteração de ações idênticas ou análogas .....	318
4.15.	Valor da causa.....	320
4.15.1.	Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa.....	320
4.15.2.	Definição do valor da causa .....	320
4.15.2.1.	Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa .....	320
4.15.2.2.	Critérios a serem considerados na definição do valor da causa .....	321
4.15.2.3.	Aspectos procedimentais .....	322
4.15.2.3.1.	Indicação do valor da causa na petição inicial ou de reconvenção...	322
4.15.2.3.2.	Correção <i>ex officio</i> do valor da causa, pelo juiz.....	322
4.15.2.3.3.	Impugnação ao valor da causa .....	323
5.	Formação, Suspensão e Extinção do Processo .....	323
5.1.	Formação do processo.....	323
5.1.1.	Demandas e citação .....	323
5.1.2.	Momento da propositura da ação.....	324
5.2.	Suspensão do processo .....	324
5.2.1.	Suspensão própria e imprópria.....	324
5.2.2.	Hipóteses de suspensão do processo.....	325
5.3.	Extinção do processo .....	330
5.3.1.	Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito .....	330
5.3.2.	Sentença .....	330

## CAPÍTULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

1. Perfis gerais .....	333
1.1. Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais .....	333
1.2. Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum.....	333
1.3. Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença .....	334
1.4. Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos .....	335
1.5. Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução.....	335
1.6. “Fases” do procedimento comum .....	336
2. Propositora da demanda .....	337
2.1. Inéria da jurisdição e demanda.....	337
2.2. Petição inicial .....	338
2.2.1. Veiculação do pedido e da causa de pedir na petição inicial. Repercussão ao longo do processo .....	338
2.2.2. Elementos formais e endereçamento .....	339
2.2.3. Partes .....	339
2.2.4. “Fatos e fundamentos jurídicos do pedido” .....	340
2.2.4.1. Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva...	340
2.2.4.2. Fatos simples e causa de pedir .....	342
2.2.4.3. Substanciação e individuação. Substanciação restrita .....	342
2.2.4.4. <i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i> .....	343
2.2.4.5. O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial .....	344
2.2.4.6. Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial .....	345
2.2.5. Pedido.....	346
2.2.5.1. Pedidos imediato e mediato.....	346
2.2.5.2. Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé .....	346
2.2.5.3. Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico).....	347
2.2.5.4. Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”).....	348

2.2.6.	Cumulação de ações .....	348
2.2.6.1.	Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva.....	348
2.2.6.2.	Requisitos .....	349
2.2.6.3.	Cumulação aparente ou imprópria .....	350
2.2.6.3.1.	Pedidos apresentados em ordem subsidiária (“cumulação” subsidiária, ou eventual).....	350
2.2.6.3.2.	Pedidos apresentados alternativamente (“cumulação” alternativa).....	350
2.2.7.	Indicação de provas .....	351
2.2.8.	Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial.....	352
2.2.9.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação.....	352
2.2.10.	Documentos que devem instruir a petição inicial.....	353
2.3.	Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda.....	354
2.3.1.	Estabilização dos elementos da ação. Regra geral.....	354
2.3.2.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais.....	354
2.3.3.	Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia .....	354
2.3.4.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito .....	355
2.3.5.	Alteração das partes após a propositura da ação.....	355
3.	Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito .....	356
3.1.	Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito.....	356
3.2.	Juízo de admissibilidade da demanda.....	357
3.2.1.	Noções gerais.....	357
3.2.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção .....	357
3.2.3.	Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial .....	358
3.2.3.1.	Aspectos gerais.....	358

3.2.3.2.	Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i> ) e da exposição (exame em concreto) .....	359
3.2.3.3.	Inépcia da petição inicial .....	360
3.3.	Improcedência liminar do pedido .....	360
3.3.1.	Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973 .....	360
3.3.2.	Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial.....	361
3.3.3.	A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos .....	362
3.3.4.	Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição.....	363
3.4.	Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido.....	364
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder.....	365
3.5.1.	Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação .....	365
3.5.2.	Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar .....	366
3.5.3.	Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4º, I do CPC e 27 da Lei 13.140/2015 .....	366
3.5.4.	Causas que não admitem autocomposição .....	368
3.5.5.	Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro.....	369
3.5.6.	Realização da audiência de conciliação ou mediação .....	370
4.	Atitudes do réu: inação, reação e demanda .....	371
4.1.	Visão geral. Abrangência da contestação no CPC.....	371
4.2.	Reação: apresentação de defesa na contestação.....	373
4.2.1.	Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir .....	373
4.2.2.	Variações da defesa .....	374
4.2.3.	Princípio da eventualidade .....	375
4.2.3.1.	Concentração da defesa .....	375
4.2.3.2.	Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação .....	376

4.2.4.	Defesa processual.....	376
4.2.4.1.	Preliminares ao mérito.....	376
4.2.4.2.	Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual .....	377
4.2.4.3.	Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior. O problema da alegação de incompetência.....	377
4.2.4.4.	Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão.....	378
4.2.4.5.	Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes .....	379
4.2.4.6.	Litispendência e coisa julgada. Teorias da tríplice identidade e da identidade da relação jurídica material.....	380
4.2.4.7.	Correção da legitimidade no polo passivo .....	381
4.2.4.8.	Alegação de incompetência relativa .....	381
4.2.5.	Defesa substancial ou de mérito .....	382
4.2.6.	Ônus da impugnação especificada.....	383
4.3.	Demanda: apresentação de reconvenção na contestação .....	384
4.3.1.	Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação díplice. Aproximações e distinções .....	384
4.3.2.	Reconvenção e contestação.....	385
4.3.3.	Cumulação superveniente de ações .....	385
4.3.4.	Partes na reconvenção .....	386
4.3.5.	Conexão para a reconvenção .....	386
4.3.6.	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação.....	387
4.3.7.	Juízo de admissibilidade da reconvenção e emenda. Resposta do reconvindo. Contraditório e julgamento .....	388
4.4.	Inéria do réu: ausência de contestação e revelia.....	389
4.4.1.	Revelia e efeitos da revelia .....	389
4.4.2.	Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor .....	390
4.4.3.	Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido .....	391
4.4.4.	<i>Status</i> processual do réu revel .....	391

5. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo .....	392
5.1. Providências preliminares .....	392
5.1.1. Finalidade .....	392
5.1.2. Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova .....	394
5.1.3. Defesa do réu, contraditório e saneamento .....	394
5.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	395
5.2.1. Visão geral.....	395
5.2.2. “Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC .....	396
5.2.3. Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito .....	396
5.2.3.1. Julgamento imediato do mérito .....	396
5.2.3.2. Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia .....	397
5.2.3.3. Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa.....	398
5.2.3.4. Julgamento parcial do mérito .....	398
5.3. Saneamento e organização do processo .....	400
5.3.1. Métodos difuso e concentrado de saneamento.....	400
5.3.2. Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC ...	400
5.3.3. Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais .....	400
6. Audiência de instrução e julgamento.....	402
6.1. Produção de provas em audiência de instrução .....	402
6.2. Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamento ou antecipação .....	403
6.3. Audiência <i>una</i> e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento.....	404
6.4. Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos .....	404
6.5. Ordem da produção das provas em audiência.....	405
6.6. Razões finais .....	405
6.7. Julgamento na audiência.....	406
6.8. Documentação da audiência .....	407
7. Provas .....	408
7.1. Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas.....	408

7.2.	Direito à prova.....	410
7.3.	Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas.....	411
7.3.1.	Direito autônomo à prova .....	411
7.3.2.	Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo .....	412
7.3.3.	Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial .....	413
7.3.4.	Competência para a ação probatória .....	414
7.4.	Realização da prova .....	415
7.4.1.	Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas .....	415
7.4.2.	Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz.....	415
7.4.3.	Provas inadmissíveis ou inúteis .....	417
7.4.3.1.	Provas obtidas por meios ilícitos.....	417
7.4.3.2.	Provas desnecessárias.....	418
7.4.4.	Realização das provas pré-constituídas e das provas constituendas.....	418
7.4.5.	Dever de cooperação .....	419
7.4.5.1.	Abrangência .....	419
7.4.5.2.	Direito da parte de não produzir prova contra si própria.....	420
7.4.5.3.	Condução coercitiva para coleta de material genético.....	420
7.5.	Objeto da prova.....	421
7.5.1.	Fatos jurídicos e fatos simples.....	421
7.5.2.	Fatos que não dependem de prova .....	421
7.5.3.	Distinção entre fato admitido e fato confessado.....	422
7.5.4.	Fato notório. Precisões conceituais. Informações disponíveis na internet .....	423
7.5.5.	Fato presumido .....	424
7.5.6.	Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral .....	424
7.5.7.	Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	425
7.6.	Ônus da prova .....	425
7.6.1.	Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova....	425
7.6.2.	Presunções e inversão do ônus da prova.....	426

7.6.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas .....	427
7.6.4.	Prova de fato negativo.....	430
7.6.5.	Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova .....	430
7.7.	Valoração da prova .....	432
7.7.1.	Prova e fundamentação racional .....	432
7.7.2.	Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado .....	432
7.7.3.	Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> .....	433
7.7.4.	“Aquisição” (ou “comunhão”) da prova .....	434
7.7.5.	Regras de experiência .....	434
7.7.6.	Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova.....	435
7.7.7.	Desvios cognitivos .....	436
7.7.8.	Amplitude e profundidade da valoração da prova .....	437
7.7.9.	Modelos de constatação ( <i>standards</i> de prova) .....	437
7.8.	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova.....	438
7.8.1.	Meios de prova e procedimento destinado à sua produção...	438
7.8.2.	Prova estatística.....	439
7.8.3.	Prova por amostragem .....	439
7.8.4.	Prova emprestada.....	440
7.9.	Provas típicas.....	441
7.9.1.	Considerações gerais .....	441
7.9.2.	Ata notarial .....	441
7.9.3.	Depoimento pessoal .....	442
7.9.4.	Confissão .....	444
7.9.4.1.	Natureza e figuras afins .....	444
7.9.4.2.	Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confessio .....	444
7.9.4.3.	Limites e efeitos da confissão .....	445
7.9.4.4.	Indivisibilidade da confissão .....	446
7.9.4.5.	Revogação e anulação da confissão.....	447
7.9.5.	Exibição de documento ou coisa .....	447
7.9.6.	Prova documental.....	450
7.9.6.1.	Conceito de documento.....	450

7.9.6.2.	Documento físico e eletrônico .....	451
7.9.6.3.	Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública .....	452
7.9.6.4.	Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i> ...	453
7.9.6.5.	Autenticidade do documento.....	453
7.9.6.6.	Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas) .....	454
7.9.6.7.	Originais, reproduções e cópias .....	455
7.9.6.8.	Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição .....	456
7.9.6.9.	Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo .....	457
7.9.6.10.	Realização da prova documental pelas partes e contraditório .....	458
7.9.6.11.	Arguição de falsidade .....	459
7.9.6.12.	Cessação da fé de documento.....	460
7.9.7.	Prova testemunhal .....	461
7.9.7.1.	Testemunha e memória.....	461
7.9.7.2.	Admissibilidade da prova testemunhal .....	461
7.9.7.3.	Produção da prova testemunhal.....	463
7.9.7.4.	Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal .....	466
7.9.8.	Prova pericial.....	468
7.9.8.1.	Prova científica ou técnica .....	468
7.9.8.2.	Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação.....	469
7.9.8.3.	Admissibilidade da prova pericial.....	469
7.9.8.4.	Prova técnica simplificada .....	470
7.9.8.5.	Perito. Indicação do perito pelas partes (“perícia consensual”) .....	471
7.9.8.6.	Quesitos .....	474
7.9.8.7.	Realização da perícia e apresentação do laudo ....	474
7.9.8.8.	Valoração da perícia realizada .....	476
7.9.9.	Inspeção Judicial .....	477
8.	Sentença .....	478
8.1.	Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC .....	478

8.2.	Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito)...	479
8.2.1.	Variações.....	479
8.2.2.	Decisão terminativa.....	479
8.2.2.1.	Sentença e decisão interlocutória terminativa....	479
8.2.2.2.	Função dos requisitos processuais .....	480
8.2.2.3.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis .....	481
8.2.2.4.	Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito.....	482
8.2.2.5.	Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC.....	483
8.2.2.6.	Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação .....	485
8.2.2.7.	Decisão terminativa e impedimento à repropósito da ação .....	485
8.2.2.8.	Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa .....	486
8.2.3.	Decisão definitiva .....	486
8.2.3.1.	Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito.....	486
8.2.3.2.	Decisão sobre o objeto litigioso.....	487
8.2.3.3.	Decisão de mérito homologatória.....	487
8.2.3.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	487
8.3.	Elementos e efeitos da sentença.....	488
8.3.1.	Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais).....	488
8.3.2.	Relatório, fundamentos e dispositivo .....	488
8.3.3.	Consequência da ausência de elementos essenciais .....	489
8.3.4.	“Questão de fato e de direito” e “questão principal” .....	490
8.3.5.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes) .....	491
8.3.6.	Decisão certa e relação jurídica condicional.....	491
8.3.7.	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i> ), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i> .....	492

8.3.8.	Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente .....	492
8.4.	Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro.....	493
8.4.1.	Pedido genérico e condenação líquida .....	493
8.4.2.	Fracionamento da decisão sobre o mérito.....	493
8.4.3.	Hipoteca judiciária .....	494
8.5.	Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	495
8.5.1.	Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer .....	495
8.5.2.	Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica .....	495
8.5.3.	Tutela específica e resultado prático equivalente.....	496
8.5.4.	Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, resarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa.....	497
8.5.5.	Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo .....	499
8.5.6.	Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade.....	499
8.6.	Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação.....	500
8.7.	Interpretação da decisão judicial .....	501
8.8.	Remessa necessária.....	501
9.	Coisa julgada .....	502
9.1.	Fundamentos e conceito .....	502
9.2.	Funções positiva e negativa.....	503
9.3.	Coisa julgada e preclusão. Questões já decididas e preclusão “ <i>pro judicato</i> ”. Relação jurídica de trato continuado .....	504
9.4.	Limites objetivos da coisa julgada .....	506
9.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	507
10.	“Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença .....	508

### CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1.	Aspectos gerais .....	509
2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	510
2.1.	Ação de consignação em pagamento .....	510
2.1.1.	Consignação extrajudicial e judicial em pagamento.....	510

2.1.2.	Demandas de consignação judicial.....	511
2.1.3.	Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial.....	512
2.1.4.	Julgamento.....	513
2.2.	Ação de exigir contas .....	513
2.2.1.	Direito de exigir contas.....	513
2.2.2.	Apresentação da demanda .....	514
2.2.3.	Resposta do réu e desdobramentos.....	514
2.2.4.	Natureza da sentença .....	515
2.3.	Ações possessórias .....	515
2.3.1.	Tutela processual da posse .....	515
2.3.2.	Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório .....	516
2.3.3.	Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração .....	516
2.3.4.	Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade .....	517
2.3.5.	Demandas possessórias. Natureza executiva .....	517
2.3.6.	Juízos possessório e petitório .....	518
2.3.7.	Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos. Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	519
2.3.8.	Tutelas de urgência e de evidência da posse .....	520
2.3.9.	Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel .....	520
2.4.	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares.....	522
2.4.1.	Ações divisórias. Demarcação e divisão .....	522
2.4.2.	Princípio da especialidade e georreferenciamento.....	523
2.4.3.	Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo.....	524
2.4.4.	Demarcação .....	525
2.4.5.	Divisão .....	527
2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade .....	528
2.5.1.	Precisões terminológicas. Natureza da ação .....	528
2.5.2.	Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações ...	529
2.5.3.	Citação e resposta.....	530
2.5.4.	Liquidiação da quota e apuração de haveres sociais .....	531
2.6.	Inventário e partilha .....	533
2.6.1.	Finalidade e natureza do inventário .....	533
2.6.2.	Inventário extrajudicial .....	534

2.6.3.	Requerimento de inventário .....	535
2.6.4.	Administrador provisório e inventariante .....	535
2.6.5.	Primeiras declarações.....	537
2.6.6.	Citações e impugnações .....	538
2.6.7.	Colações.....	539
2.6.8.	Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações .....	539
2.6.9.	Pagamento das dívidas .....	540
2.6.10.	Partilha.....	541
2.6.11.	Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão .....	542
2.6.12.	Sobrepartilha.....	543
2.6.13.	Arrolamento sumário. Alvará judicial.....	543
2.7.	Embargos de terceiro .....	544
2.7.1.	Finalidade. “Terceiro” .....	544
2.7.2.	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro .....	545
2.7.3.	Apresentação da demanda .....	546
2.7.4.	Liminar.....	546
2.7.5.	Citação e resposta.....	547
2.7.6.	Julgamento dos embargos de terceiro .....	548
2.8.	Oposição .....	548
2.8.1.	Natureza .....	548
2.8.2.	Aspectos procedimentais .....	549
2.9.	Habilitação.....	549
2.10.	Ações de família .....	551
2.10.1.	Disposições a serem observadas em ações de família .....	551
2.10.2.	Primazia da solução consensual da controvérsia.....	551
2.10.3.	Intervenção do Ministério Público .....	552
2.10.4.	Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz. Depoimento especial .....	553
2.11.	Ação monitória .....	554
2.11.1.	Técnica monitória .....	554
2.11.2.	Elementos da petição inicial .....	554
2.11.3.	Decisão que admite a pretensão monitória .....	555
2.11.4.	Cumprimento do mandado pelo réu .....	556
2.11.5.	Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa.....	556
2.11.6.	Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu .....	557
2.12.	Homologação de penhor legal.....	558

2.13. Regulação de avaria grossa.....	559
2.14. Restauração de autos .....	560
3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	561
3.1. Perfis gerais.....	561
3.1.1. Natureza.....	561
3.1.2. Regras processuais comuns.....	562
3.2. Notificação e interpelação .....	564
3.3. Alienação judicial .....	564
3.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio.....	565
3.4.1. Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável .....	565
3.4.2. Alteração do regime de bens do casamento .....	566
3.5. Testamentos e codicilos.....	566
3.6. Herança jacente.....	567
3.7. Bens de ausentes.....	568
3.8. Coisas vagas.....	568
3.9. Interdição.....	569
3.10. Tutela e curatela.....	573
3.11. Organização e fiscalização das fundações.....	574
3.12. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo .....	574

#### **CAPÍTULO IV – TUTELA PROVISÓRIA. TUTELAS CAUTELAR E ANTECIPADA, DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA**

1. Perfil da Tutela Provisória no CPC/2015 .....	577
1.1. Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição.....	577
1.2. Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência.....	578
1.3. Tutelas antecedente ( <i>ante causam</i> ) ou incidental .....	579
1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma.....	579
2. Decisão sobre a tutela provisória .....	580
2.1. Fundamentação .....	580
2.2. “Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015 .....	581
2.3. Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador .....	581

2.4.	Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução .....	582
2.4.1.	Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela.....	582
2.4.2.	Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela.....	583
2.4.3.	“Medida idônea para asseguração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC. Substituição por caução.....	585
2.4.4.	Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i> .....	587
2.4.5.	“Poder geral” de cautela e concessão de medidas asseguratórias <i>ex officio</i> .....	587
2.5.	Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos .....	587
2.5.1.	Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso” .....	587
2.5.2.	Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação.....	588
2.5.3.	Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas.....	589
2.6.	Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas.....	590
3.	Competência e tutela provisória.....	590
3.1.	Aspectos gerais.....	590
3.2.	Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC e tutela requerida em caráter antecedente.....	591
3.3.	Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção .....	592
3.4.	Tutela requerida nos tribunais.....	592
3.5.	Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência.....	593
4.	Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência .....	594
5.	Tutela de urgência .....	595
5.1.	Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade” .....	595
5.2.	Provisoriade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriade (da tutela satisfativa) e temporariade (da tutela cautelar).....	597
5.3.	<i>Periculum</i> .....	598
5.3.1.	Perigo de dano e perigo de demora .....	598

5.3.2.	Probabilidade do direito. Urgência e summariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i> .....	599
5.3.3.	Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência”.....	599
5.3.4.	Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar.....	599
5.3.5.	Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> .....	600
5.3.6.	Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i> .....	600
5.4.	Prestação de caução (contracautela) .....	601
5.5.	Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo .....	602
5.6.	Audiência de justificação prévia.....	603
5.7.	Responsabilidade objetiva do demandante.....	603
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	603
6.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação.....	603
6.1.1.	Tutela <i>ante causam</i> ? .....	603
6.1.2.	Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas .....	604
6.1.3.	Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida.....	605
6.1.4.	Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento .....	605
6.1.5.	Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedural .....	606
6.2.	“Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente .....	606
6.2.1.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas .....	606
6.2.2.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC .....	607
6.2.3.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma .....	608
6.2.4.	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal .....	608
6.2.5.	Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....	609

6.2.6. Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes.....	610
7. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....	611
7.1. Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal.....	611
7.2. “Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedural do requerimento de tutela de urgência.....	612
7.3. Citação, resposta do réu e revelia .....	612
7.4. Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar.....	613
7.5. Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal.....	613
7.6. Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum .....	614
7.7. Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.....	614
7.8. Sentença cautelar e coisa julgada.....	615
8. Tutela da evidência.....	616
8.1. Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015.....	616
8.2. Presença de urgência e tutela da evidência.....	617
8.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	617
8.4. Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente.....	618
8.5. Pedido reipersecutório fundado em prova documental do contrato de depósito.....	619
8.6. Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar dúvida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor .....	619
8.7. Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma .....	620
<b>CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA</b>	
Considerações gerais .....	621
1. Liquidação de sentença.....	622
1.1. Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma .....	622

1.2.	Autonomia da liquidação.....	622
1.3.	Liquidação: objeto e natureza .....	623
1.4.	Limites da cognição na liquidação.....	624
1.5.	Resultado da liquidação igual a zero .....	624
1.6.	Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum.....	625
1.6.1.	Variação e cumulação das formas de liquidação .....	625
1.6.2.	Liquidação por arbitramento.....	625
1.6.3.	Liquidação pelo procedimento comum .....	626
1.7.	Liquidação de decisão provisória.....	627
1.8.	Liquidação de sentença coletiva .....	627
1.8.1.	Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual.....	627
1.8.2.	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos ...	628
2.	Cumprimento e execução de sentença.....	629
2.1.	Aspectos comuns .....	629
2.1.1.	Cumprimento ou execução de decisão judicial?.....	629
2.1.2.	Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória...	630
2.1.3.	Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva.....	630
2.1.4.	Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra .....	631
2.1.5.	Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença.....	632
2.1.6.	Títulos executivos judiciais .....	633
2.1.6.1.	Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais .....	633
2.1.6.2.	Decisão condenatória.....	633
2.1.6.3.	Decisão declaratória como título executivo.....	634
2.1.6.4.	Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro .....	635
2.1.6.5.	Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial.....	635
2.1.6.6.	Decisão homologatória de autocomposição.....	636
2.1.6.7.	Sentença penal condenatória.....	637
2.1.6.8.	Decisão arbitral .....	638
2.1.6.9.	Decisão estrangeira.....	638
2.1.7.	Competência .....	638

2.2.	Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigaçāo de pagar quantia em dinheiro .....	639
2.2.1.	Demandas executivas .....	639
2.2.1.1.	Iniciativa do exequente .....	639
2.2.1.2.	Legitimidade para se demandar a execução de sentença .....	640
2.2.1.3.	Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento .....	640
2.2.2.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição .....	643
2.2.3.	Intimação do executado. Prazo para pagamento .....	644
2.2.4.	Pagamento parcial .....	644
2.2.5.	Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença.....	645
2.2.5.1.	Multa .....	645
2.2.5.2.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado .....	646
2.2.5.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	646
2.2.5.4.	Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC .....	647
2.2.6.	Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia .....	647
2.2.7.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença.....	647
2.2.7.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade) .....	647
2.2.7.2.	Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade .....	648
2.2.7.3.	Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença .....	649
2.2.7.4.	Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas.....	650
2.2.7.5.	Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais.....	650

2.2.7.6.	“Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada constitucional pelo STF .....	651
2.2.7.7.	Prazo para a oposição da impugnação.....	653
2.2.7.8.	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença.....	653
2.2.7.9.	Processamento e julgamento da impugnação ao cumprimento de sentença.....	654
2.2.7.10.	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação.....	655
2.2.7.11.	Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios.....	655
2.2.8.	Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”.....	656
2.3.	Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro .....	656
2.3.1.	Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória).....	656
2.3.2.	Requerimento de execução da sentença provisória .....	657
2.3.3.	Prestação de caução .....	657
2.3.4.	Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC e de honorários advocatícios .....	658
2.3.5.	Responsabilidade do exequente .....	658
2.3.6.	Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior.....	658
2.4.	Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos .....	659
2.4.1.	Abrangência e medidas executivas cabíveis .....	659
2.4.2.	Juízo competente.....	660
2.4.3.	Intimação pessoal do executado.....	660
2.4.4.	Atitudes possíveis do executado .....	661
2.4.5.	Prisão civil como medida coercitiva .....	662
2.4.6.	Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado .....	664
2.4.7.	Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação .....	664
2.4.8.	Constituição de capital .....	664
2.4.8.1.	Natureza e finalidade da constituição de capital...	664
2.4.8.2.	Aspectos procedimentais.....	665

2.5.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública .....	666
2.6.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa .....	667
2.6.1.	Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante.....	667
2.6.2.	Deveres abrangidos pela regra.....	668
2.6.3.	Medidas executivas admissíveis .....	669
2.6.4.	A prisão civil como medida coercitiva.....	670
2.6.5.	Ordem judicial e crime de desobediência .....	670
2.6.6.	Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	671
2.6.7.	Intervenção judicial em empresa.....	672
2.6.8.	Multa .....	673
2.6.9.	Intimação .....	675
2.6.10.	Dever de entregar coisa .....	675

## CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Perfis gerais .....	677
1.1.	Conceito de execução .....	677
1.2.	Jurisdição e execução.....	677
1.3.	Ações de conhecimento e ações de execução.....	679
1.4.	Princípios da execução .....	681
1.4.1.	Princípios de organização técnica .....	681
1.4.2.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução.....	681
1.4.3.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida .....	683
1.4.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas.....	686
1.5.	Especies de ações executivas.....	690
1.5.1.	Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva.....	690
1.5.2.	Opções do demandante.....	692
1.6.	Especies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção).....	693
1.7.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado .....	695

1.8.	Direção formal e material do processo de execução .....	698
1.8.1.	Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo .....	698
1.8.2.	Cognição judicial na execução .....	698
1.8.3.	Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução .....	699
1.8.4.	Órgão judicial e auxiliares da justiça.....	700
1.9.	Dever de cooperação .....	700
1.10.	Responsabilidade executiva.....	702
1.10.1.	Fundamentos.....	702
1.10.2.	Responsabilidade pessoal.....	702
1.10.3.	Responsabilidade patrimonial.....	703
1.10.3.1.	Conceito.....	703
1.10.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo .....	703
1.10.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo.....	704
1.10.3.3.1.	Responsabilidade primária e secundária.....	704
1.10.3.3.2.	Responsabilidade do fiador.....	705
1.10.3.3.3.	Responsabilidade do sócio .....	705
1.10.3.3.4.	Responsabilidade do espólio e dos herdeiros .....	706
1.10.4.	Fraude à execução .....	706
1.10.4.1.	Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia em relação ao exequente .....	706
1.10.4.2.	Bens sujeitos a registro público .....	707
1.10.4.3.	Ausência de averbação .....	708
1.10.4.4.	Bens não sujeitos a registro público .....	710
1.11.	Execução singular e universal.....	710
1.11.1.	Execução universal (ou geral).....	710
1.11.2.	Insolvência civil e falência.....	711
1.11.3.	Recuperação judicial de empresa .....	711
1.12.	Fases do processo de execução. Características comuns .....	712
2.	Propositora da demanda fundada em título extrajudicial.....	714
2.1.	Aspectos gerais.....	714
2.2.	Petição inicial .....	715
2.2.1.	Petição inicial na execução.....	715

2.2.2.	Definição do juízo competente.....	715
2.2.3.	Partes .....	716
2.2.3.1.	Aspectos gerais.....	716
2.2.3.2.	Legitimidade para promover a execução .....	717
2.2.3.2.1.	Regra geral .....	717
2.2.3.2.2.	Legitimidade derivada (ou superveniente).....	717
2.2.3.2.3.	Legitimidade do Ministério Público.....	718
2.2.3.3.	Legitimidade passiva para a execução .....	718
2.2.3.3.1.	Devedores e responsáveis como executados. Responsável como parte.....	718
2.2.3.3.2.	Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada .....	719
2.2.4.	Título executivo.....	720
2.2.4.1.	Execução fundada em título executivo extrajudicial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial.....	720
2.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo.....	722
2.2.4.3.	Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC .....	722
2.2.4.4.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato .....	724
2.2.4.5.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo. Assinatura eletrônica .....	725
2.2.4.6.	Conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo .....	726
2.2.4.7.	Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível.....	728
2.2.4.8.	Demonstrativo de débito atualizado.....	731
2.2.4.9.	Demonstração de ocorrência de condição ou termo .....	731
2.2.4.10.	Pedido de tutela executiva.....	732
2.2.4.11.	Indicação de bens à penhora pelo exequente.....	732
2.2.4.12.	Requerimento de intimações.....	733

2.2.4.13. Medidas urgentes .....	733
2.2.4.14. Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação .....	734
2.2.4.15. Averbação da execução no registro público.....	734
3. Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução.	
Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva.....	735
3.1. Noções gerais.....	735
3.2. Juízo de admissibilidade ordinatório.....	735
3.3. Juízo de admissibilidade negativo .....	736
3.4. Rejeição liminar da demanda executiva .....	737
3.5. Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado .....	737
4. Embargos à execução e outras formas de defesa do executado .....	738
4.1. Meios de oposição à execução .....	738
4.2. Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade).....	739
4.3. Ação de conhecimento autônoma.....	740
4.4. Embargos à execução.....	740
4.4.1. Variação sobre conteúdo e natureza.....	740
4.4.2. Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução .....	741
4.4.3. Prazo para oposição .....	742
4.4.4. Autuação em apartado.....	743
4.4.5. Embargos à execução por carta .....	743
4.4.6. Matérias arguíveis nos embargos à execução .....	744
4.4.7. Juízo de admissibilidade dos embargos .....	745
4.4.8. Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo.....	746
4.4.9. Contraditório, instrução e julgamento .....	748
5. Atos executivos.....	748
5.1. Observações preliminares .....	748
5.2. Execução por quantia certa.....	749
5.2.1. Perfis gerais .....	749
5.2.1.1. Obrigação de dar quantia em dinheiro.....	749
5.2.1.2. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) .....	750
5.2.1.3. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes como medida coercitiva .....	750

5.2.1.4.	Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigibilidade da obrigação .....	751
5.2.1.5.	Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro .....	751
5.2.1.6.	Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial.....	752
5.2.2.	Início dos atos executivos.....	754
5.2.2.1.	Aspectos gerais.....	754
5.2.2.1.1.	Localização dos atos executivos, ordinariamente, na fase instrutória.....	754
5.2.2.1.2.	Atos executivos realizados na fase inicial do processo.....	756
5.2.2.2.	Averbação da execução, antes da citação.....	757
5.2.2.3.	Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios .....	760
5.2.2.4.	Citação, não pagamento e realização de atos executivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada .....	760
5.2.2.5.	Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remição da execução.....	761
5.2.2.6.	Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora.....	764
5.2.3.	Penhora. Perfis gerais .....	765
5.2.3.1.	Natureza jurídica .....	765
5.2.3.2.	Penhora e direito de preferência.....	765
5.2.3.3.	Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades .....	766
5.2.3.3.1.	Bens inalienáveis e impenhoráveis. Impenhorabilidade absoluta e relativa. Penhorabilidade secundária ou excepcional .....	766
5.2.3.3.2.	Hipóteses de impenhorabilidade....	768
5.2.3.4.	Utilidade da penhora.....	775
5.2.3.5.	Ordem entre os bens que podem ser penhorados	776
5.2.3.6.	Lugar de realização da penhora.....	778

5.2.3.7.	Apreensão e depósito.....	779
5.2.3.8.	Documentação e registro da penhora.....	780
5.2.3.9.	Averbação de arresto ou penhora no registro competente .....	780
5.2.3.10.	Intimações da penhora.....	781
5.2.3.11.	Modificações da penhora.....	781
5.2.4.	Disciplinas específicas da penhora quanto a determinados bens.....	785
5.2.4.1.	Considerações gerais .....	785
5.2.4.2.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>online</i> ....	786
5.2.4.3.	Penhora de créditos .....	787
5.2.4.4.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	789
5.2.4.5.	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	790
5.2.4.6.	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	791
5.2.4.7.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	792
5.2.4.8.	Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências quanto à avaliação e à expropriação.....	793
5.2.4.9.	Penhora e direito de superfície. Direito de laje ....	794
5.2.4.10.	Penhora de ativos virtuais. Criptoativos.....	794
5.2.5.	Avaliação.....	795
5.2.5.1.	Avaliação do bem e atos de expropriação .....	795
5.2.5.2.	Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador .....	796
5.2.5.3.	Dispensa de avaliação pericial.....	796
5.2.5.4.	Laudo de avaliação.....	797
5.2.5.5.	Nova avaliação .....	797
5.2.5.6.	Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem.....	798
5.2.6.	Atos de expropriação .....	798
5.2.6.1.	Adjudicação, alienação e apropriação .....	798
5.2.6.2.	Adjudicação.....	798
5.2.6.2.1.	Natureza .....	798

5.2.6.2.2.	Adjudicação e remição de bens.....	799
5.2.6.2.3.	Aspectos procedimentais .....	800
5.2.6.3.	Alienação forçada .....	801
5.2.6.3.1.	Natureza .....	801
5.2.6.3.2.	Alienação por iniciativa particular ...	802
5.2.6.3.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial de móveis ou imóveis .....	803
5.2.6.3.4.	Leiloeiro .....	804
5.2.6.3.5.	Atos preparatórios do leilão .....	804
5.2.6.3.6.	Llicitação pública do bem.....	806
5.2.6.3.7.	Conclusão da arrematação, assinatura do auto e expedição de ordem de entrega de bem móvel ou de carta de arrematação de bem imóvel .....	810
5.2.6.3.8.	Remição.....	810
5.2.6.3.9.	Invalidação, ineficácia, resolução da arrematação. Desistência do arrematante.....	811
5.2.6.3.10.	Aspectos procedimentais do leilão judicial eletrônico.....	813
5.2.7.	Satisfação do crédito .....	815
5.2.7.1.	Tutela específica. <i>Aliud pro alio</i> .....	815
5.2.7.2.	Satisfação direta e indireta do crédito .....	816
5.2.7.3.	Entrega do dinheiro ao exequente e quitação .....	816
5.2.7.4.	Concurso singular de credores.....	817
5.3.	Execução para a entrega de coisa.....	819
5.3.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC .....	819
5.3.2.	Coisa incerta e concentração .....	820
5.3.3.	Alienação da coisa no curso da ação .....	820
5.3.4.	Liquidão incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	821
5.3.5.	Satisfação da obrigação e extinção da execução .....	821
5.4.	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer.....	822
5.4.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC .....	822

5.4.2.	Obrigação de fazer .....	822
5.4.3.	Obrigação de não fazer .....	824
5.5.	Execução contra a Fazenda Pública .....	825
5.6.	Execução de alimentos .....	825
6.	Suspensão e extinção da execução.....	826
6.1.	Suspensão da execução.....	826
6.2.	Extinção da execução .....	828
6.2.1.	Visão geral.....	828
6.2.2.	Natureza da decisão que extingue a execução.....	828
6.2.3.	Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação .....	829
6.2.4.	Desistência da execução e propositura de nova ação .....	829
6.2.5.	A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios no processo de execução .....	830
6.2.6.	Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios.....	831
6.2.7.	Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios.....	834
6.2.8.	Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado.....	836
6.2.9.	Coisa julgada .....	836
6.2.10.	Execução indevida e resarcimento ao executado .....	837

## CAPÍTULO VII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

1.	Meios de impugnação às decisões judiciais. Processos nos tribunais.	
	Abrangência da disciplina .....	839
2.	Precedentes e jurisprudência no direito brasileiro. “Precedentes qualificados”. Precedente em sentido substancial e em sentido formal.....	839
3.	Recursos .....	844
3.1.	Perfis gerais.....	844
3.1.1.	Natureza .....	844
3.1.2.	Princípios fundamentais .....	845
	3.1.2.1. Princípios de organização técnica.....	845
	3.1.2.2. Duplo grau de jurisdição.....	846
	3.1.2.3. Colegialidade .....	847

3.1.2.4.	Taxatividade .....	847
3.1.2.5.	Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade) .....	848
3.1.2.6.	Fungibilidade. Instrumentalidade recursal .....	848
3.1.2.7.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	850
3.1.3.	Juízos de admissibilidade e de mérito .....	851
3.1.3.1.	Perfis gerais.....	851
3.1.3.2.	Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo e ad quem</i> .....	853
3.1.3.3.	Vícios recursais sanáveis e insanáveis .....	854
3.1.3.4.	Requisitos dos recursos .....	854
3.1.3.5.	Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida .....	866
3.1.3.6.	Juízo de retratação .....	868
3.1.3.7.	Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente .....	869
3.1.4.	Efeitos.....	870
3.1.4.1.	Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios.....	870
3.1.4.2.	Efeito substitutivo .....	874
3.1.4.3.	Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo) .....	875
3.1.4.4.	Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal .....	876
3.2.	Apelação .....	882
3.2.1.	Cabimento .....	882
3.2.1.1.	Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções .....	882
3.2.1.2.	Cabimento de apelação contra sentença .....	882
3.2.1.3.	Cabimento de apelação contra decisão interlocutória .....	883
3.2.2.	Forma .....	886
3.2.3.	Procedimento em 1º grau de jurisdição.....	887
3.2.4.	Procedimento em 2º grau de jurisdição.....	888

3.2.4.1.	Atividades do relator .....	888
3.2.4.2.	Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória.....	889
3.2.4.3.	Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo .....	891
3.3.	Agravo de instrumento .....	894
3.3.1.	Recursos contra decisões interlocutórias .....	894
3.3.2.	Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade legal. A tese da “taxatividade mitigada”. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedural com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação.....	895
3.3.3.	Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais.....	899
3.3.4.	Forma .....	903
3.3.5.	Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento .....	905
3.4.	Agravo interno .....	907
3.4.1.	Natureza e cabimento .....	907
3.4.2.	Aspectos procedimentais .....	908
3.4.3.	Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa.....	909
3.5.	Embargos de declaração.....	909
3.5.1.	Natureza, objeto e conteúdo .....	909
3.5.2.	Fundamentos.....	910
3.5.3.	Interrupção do prazo para interposição de outros recursos...	912
3.5.4.	Efeitos infringentes e contraditório .....	912
3.5.5.	Efeito suspensivo.....	913
3.5.6.	Processamento e julgamento .....	913
3.5.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	914
3.5.8.	Embargos de declaração e prequestionamento.....	914
3.6.	Recurso ordinário .....	916
3.6.1.	Aspectos gerais .....	916
3.6.2.	Cabimento .....	917
3.6.3.	Efeitos.....	917
3.6.4.	Processamento .....	918
3.7.	Recursos extraordinário e especial .....	918
3.7.1.	Objeto e conteúdo .....	918

3.7.2.	Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015 .....	919
3.7.3.	Fundamentos do recurso .....	920
3.7.3.1.	Aspectos gerais.....	920
3.7.3.2.	Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015.....	921
3.7.3.3.	Divergência jurisprudencial e recurso especial...	923
3.7.3.4.	Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida.....	923
3.7.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local.....	924
3.7.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores.....	927
3.7.5.1.	Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial .....	927
3.7.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa .....	928
3.7.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo .....	930
3.7.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito .....	931
3.7.6.1.	Distinção.....	931
3.7.6.2.	Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção.....	931
3.7.6.3.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial.....	932
3.7.6.4.	Juízo de mérito bifásico .....	932
3.7.7.	Efeitos devolutivo e translativo.....	933
3.7.8.	Repercussão geral da questão federal constitucional para o recurso extraordinário e relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial.....	936
3.7.9.	Recursos extraordinário e especial repetitivos .....	940
3.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	947
3.9.	Embargos de divergência .....	948
3.9.1.	Natureza, objeto e conteúdo .....	948
3.9.2.	Demonstração da divergência .....	949
3.9.3.	Processamento dos embargos de divergência.....	950

4. Ações autônomas de impugnação .....	951
4.1. Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos.....	951
4.2. Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória .....	952
4.2.1. Natureza da ação rescisória.....	952
4.2.2. Objeto e conteúdo da ação rescisória.....	953
4.2.3. Fundamentos da ação rescisória.....	954
4.2.4. Ação declaratória. Réu não citado .....	961
4.2.5. Ação anulatória .....	961
4.2.6. Prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	962
4.2.7. Demanda rescisória .....	963
4.2.7.1. Libelo: fundamentos e pedido .....	963
4.2.7.2. Legitimidade .....	964
4.2.7.3. Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória.....	966
4.2.7.4. Valor da causa.....	966
4.2.7.5. Depósito de valor que poderá ser convertido em multa .....	966
4.2.8. Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente.....	967
4.2.9. Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	967
4.2.10. Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais .....	968
4.2.11. Julgamento da ação rescisória.....	968
4.2.11.1. Admissibilidade e mérito da ação rescisória.....	968
4.2.11.2. Juízos rescindente e rescisório. Efeitos .....	969
4.2.11.3. Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa.....	969
4.3. Mandado de segurança contra ato judicial.....	969
4.4. Reclamação.....	970
4.4.1. Natureza, objeto e conteúdo .....	970
4.4.2. Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência .....	971
4.4.3. Propositura e processamento.....	972
4.4.4. Julgamento.....	972

5.	Outros processos nos tribunais .....	973
5.1.	Aspectos gerais.....	973
5.2.	Incidente de arguição de constitucionalidade.....	973
5.2.1.	Arguição de constitucionalidade em controle difuso.....	973
5.2.2.	Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade.....	973
5.2.3.	Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal .....	974
5.2.4.	Admissão ou dispensa do incidente.....	974
5.2.5.	Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	974
5.3.	Conflito de competência.....	975
5.3.1.	Provocação e processamento .....	975
5.3.2.	Decisão sobre o conflito de competência .....	975
5.3.3.	Conflito de atribuições .....	976
5.4.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur a carta rogatória</i> .....	977
5.4.1.	Aspectos gerais .....	977
5.4.2.	Necessidade de homologação de decisão estrangeira .....	977
5.5.	Incidente de assunção de competência.....	979
5.6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	980
5.6.1.	Natureza e pressupostos .....	980
5.6.2.	Aspectos procedimentais .....	983
5.6.3.	Definição, aplicação e revisão da tese firmada.....	988
6.	Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais.....	989
6.1.	Visão geral .....	989
6.2.	Registro e distribuição.....	989
6.3.	Direção formal e material do processo pelo relator.....	990
6.4.	Julgamento pelo órgão colegiado .....	992
6.4.1.	Elaboração do voto pelo relator .....	992
6.4.2.	Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”) .....	993
6.4.3.	Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta .....	993
6.4.4.	Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais .....	993
6.4.5.	Julgamento em sessão presencial e sustentação oral .....	994

6.4.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação.....	995
6.4.7.	Pedido de vista.....	996
6.4.8.	Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos.....	997
6.4.9.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i> .....	999
6.4.10.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa.....	1002
6.4.11.	Trânsito em julgado e baixa dos autos.....	1003
	BIBLIOGRAFIA .....	1005